

“O Lugar da Literatura Infantil no Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)”.¹

**Daniella Gonçalves Anastacio
(Bolsista PIBIC CNPq/ UERJ).**

Introdução

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa que busca compreender o lugar ocupado pela Literatura Infantil no Programa Nacional Biblioteca da Escola PNBE, entendendo tal programa como inserido no conjunto de propostas curriculares oficiais. O PNBE foi criado pelo MEC, em 1997, objetivando popularizar a aproximação de discentes e docentes à cultura, à informação e aos saberes socialmente criados na história da humanidade.

Apesar de não ser considerada um componente curricular e trabalhando no campo oposto ao do livro denominado didático, a literatura infantil não deixa de estar dentro das políticas, visto que ela surge como um suporte para se trabalhar a Língua Portuguesa. Com isso, seu lugar não é bem definido, sendo geralmente tratada como uma atividade extracurricular. Observa-se que o livro didático é utilizado como um guia curricular do trabalho em sala de aula e o livro de literatura não é considerado um livro de estudo, mas “outra coisa não didática”, um livro de lazer. Em outras palavras, o livro didático é identificado como guia curricular, dizendo passo a passo o que o professor deve fazer. Dada a hegemonia do livro didático na escola, o livro na escola acaba sendo reduzido a essa função, contribuindo para que seja desconsiderada a importância de outros livros. Como bem afirma Lopes:

“O livro didático é tido como um padrão curricular desejável, mesmo quando se considera a possibilidade de que ele seja modificado de alguma forma. A defesa de sua distribuição às escolas é primordialmente vista como a forma mais efetiva de apresentar uma proposta curricular aos professores e alunos e não apenas mais uma produção cultural dentre outras”. (LOPES, 2007, P. 212).

¹ O presente trabalho é associado ao projeto de pesquisa “A produção de políticas de currículo em contextos disciplinares”, coordenado por Alice Casimiro Lopes, financiado pelo CNPq e associado às pesquisas do grupo “Currículo: sujeitos, conhecimento e cultura” do Proped/ UERJ.

Para ratificar a importância da literatura infantil no meio educacional, embaso-me no trabalho de Regina Zilberman (1994), como uma das maiores especialistas brasileiras na área de Literatura Infantil. Segundo a autora,

"A literatura infantil, (...), é levada a realizar sua função formadora, que não se confunde com uma missão pedagógica. Com efeito, ela dá conta de uma tarefa a que está voltada toda a cultura – a de 'conhecimento do mundo e do ser', como sugere Antônio Cândido, o que representa um acesso à circunstância individual por intermédio da realidade criada pela fantasia do escritor". (P.25)

Para Zilberman, a literatura infantil proporciona a independência individual, a qual se apresenta como o objetivo subentendido do conhecimento. Incorporando-se a este plano, a instituição escolar ultrapassa seus limites. É esta capacidade de vencer seus limites que a literatura infantil proporciona à educação. Utilizada em sala de aula na sua essência ficcional, a qual indica um conhecimento de mundo, e não como sujeita ao ensino de boas maneiras, ela se mostra como o elemento que impele para diante a escola ao rompimento com a educação divergente e tradicional.

Na análise do PNBE, procurei verificar se o que se pretende com o trabalho de literatura infantil condiz com esta visão ampliada do papel da arte literária na escola. Considero importante investigar isso, porque defendo que o uso do texto literário infanto-juvenil não deve ser dispensado, sob pena de criarmos a ilusão de ensinarmos a ler, quando apenas utilizamos o texto como pretexto. Hoje, a prática docente não pode mais fechar os olhos para a importância do texto literário na formação do leitor.

Com Stephen Ball (*apud* Mainardes, 2006) parto do pressuposto de que as propostas curriculares oficiais não são definidoras daquilo que acontece em sala de aula, mas são textos que incorporam princípios das práticas, ao mesmo tempo em que são capazes de influenciar essas mesmas práticas. Assim, a forma como a literatura infantil é abordada nas propostas, a exemplo do PNBE, é expressão das concepções circulantes socialmente sobre a literatura infantil. Nesse sentido, busco investigar qual a interpretação dada à literatura infantil no PNBE, como forma de entender o lugar concebido pela literatura infantil e, assim, entender mais uma das facetas das políticas de currículo.

Levando-se em consideração que a literatura infantil ainda não tem um lugar bem estabelecido, busquei refletir em cima das seguintes questões: qual a importância dada à literatura infantil no PNBE? A literatura infantil é entendida como conteúdo ou componente curricular, ou é concebida como atividade de apoio ao ensino da língua ou

ainda como atividade de lazer? Quais sentidos são conferidos ao livro e à literatura infantil? Para tal, utilizo-me da pesquisa bibliográfica e documental, entendendo os textos documentais, a partir de Ball (*apud* Mainardes, 2006), como sujeitos a uma multiplicidade de leituras em diferentes contextos. Assim, não estabeleço que os sentidos dados a esses documentos na pesquisa em pauta sejam os únicos possíveis sentidos a serem lidos nesses documentos. Tampouco considero que eles representem o que é realizado nas escolas. Mas expressam alguns dos sentidos circulantes sobre a literatura infantil que ganham evidência nas lutas sociais pela significação do currículo.

O PNBE como uma política curricular

No ano de 1997, foi estabelecido o Programa Nacional Biblioteca da Escola – (PNBE), através da Portaria Ministerial nº 584, o qual mudou programas precedentes de estímulo à leitura e de distribuição de acervos às bibliotecas escolares implementados pelo MEC desde 1983. Do ano de 1983 a 1999, os programas e projetos nesse campo atenderam às bibliotecas das escolas por faixa de matrícula. No ano de 2000, o PNBE deu privilégio à distribuição de produções destinadas para a formação de docentes às instituições escolares de 1^a a 4^a séries do Ensino Fundamental.

No tempo decorrido entre 2001 e 2003, foi definido um novo tipo de atendimento, intitulado Programa Nacional Biblioteca da Escola – Literatura em Minha Casa e Palavra da Gente, focalizado na distribuição de coleções de literatura diretamente aos estudantes de determinadas séries, para utilização individual. Nesse momento a literatura infantil deixa de ser apenas voltada para as bibliotecas. Busca, com esse modelo, tornar possível o acesso desses estudantes e suas famílias a produções de qualidade, representativas da literatura. Pretende-se, assim, que a literatura infantil seja considerada também uma atividade de lazer.

Dessa maneira, no ano de 2001, o PNBE atendeu a estudantes de 4^a e 5^a séries; em 2002, foram contemplados estudantes de 4^a série e, em 2003, o PNBE atendeu aos estudantes de 4^a e 8^a séries e do último segmento de Educação de Jovens e Adultos – EJA. Cada aluno recebeu um conjunto de obras de literatura de gêneros diversos, exclusivamente criados para essa dotação, com formatação peculiar, quantidade de páginas determinado com antecipação e ilustrações em preto e branco. Para cada estudante da 4^a série foi dada uma coleção com quatro obras; e para os estudantes de EJA, um conjunto com seis obras. As bibliotecas de escolas que ofereciam essas séries igualmente receberam os acervos dados aos estudantes.

Segundo a gestão atual do MEC, na gestão passada, ao escolher essa forma de atuação, renunciou-se ao investimento no acervo coletivo, enfraquecendo a biblioteca como meio peculiar de ordenação e disponibilização de materiais variados – de obras de referência a periódicos; de livros de literatura a obras de não-ficção; de mapas a

novas tecnologias – espaço em que se trabalha a favor da sociabilidade, mas essencialmente a “*democratização do conhecimento*”. Aqui a literatura infantil volta a ser pensada apenas destinada para as bibliotecas.

Analisando a importância de tornar universal o atendimento a todas as instituições públicas de Ensino Fundamental, com independência da quantidade de estudantes matriculados, bem como ao coletivo da instituição escolar e de dar liberdade para o acesso de estudantes e docentes às produções em seus formatos e projetos originais, o MEC retomou a distribuição de acervos coletivos às bibliotecas/salas de leitura das instituições escolares. Assim, foram distribuídos, no ano de 2005, a todas as escolas as quais atendem ao primeiro segmento do Ensino Fundamental, acervos compostos por obras de literatura disponíveis no mercado, de variados gêneros. Para o ano de 2006, foram escolhidos acervos literários os quais foram distribuídos, no começo do ano letivo de 2007, às bibliotecas de todas as escolas públicas que atendem ao segundo segmento desse nível de ensino.

Ao final do ano de 2005, foi feita uma Avaliação Diagnóstica do Programa Nacional Biblioteca da Escola, desenvolvida pela Associação Latino – Americana de Pesquisa e Ação Cultural – ALPAC, em 196 escolas de Ensino Fundamental concentradas em 19 municípios de oito estados. Essa investigação objetivou conseguir esclarecimentos para a implementação de uma política de formação de leitores e forneceu informações importantes a respeito de questões centrais relacionadas a uma política de formação de leitores, como:

➤ O ambiente da biblioteca

Geralmente, as chamadas bibliotecas são somente salas ou espaços mal adaptados, mal pintados e com uma iluminação insatisfatória, que não possuem atratividade, além de sustentar a idéia de impossibilidade da livre opção de obras da predileção do estudante, tanto pelo fato de os responsáveis não trabalharem por essa concepção de interesse quanto pelo fato de nas prateleiras existirem acúmulo de livros didáticos e de obras sem atrativo para o público das escolas de Ensino Fundamental.

Esses dados relacionam-se com o que diz Lopes:

“Ações como a do Programa Nacional de Biblioteca Escolar (PNBE), (...) prevê que os livros das bibliotecas sejam restritos a obras literárias, de referência histórica e dicionários. Na perspectiva de uma ampla circulação de textos nas escolas, as obras da biblioteca poderiam abranger esses e outros mais, com os temas mais diversos – políticos, históricos, sociais, científicos,

pedagógicos. Textos a serem lidos e reinterpretados à luz da cultura escolar, mas tendo professores e alunos como autores dessa leitura aberta à polissemia". (LOPES, 2007, P. 222).

➤ As práticas pedagógicas

A Avaliação Diagnóstica do Programa Nacional Biblioteca da Escola divulgou que a falta de uma política de formação de leitores e de informações suficientes aos docentes a respeito do aproveitamento de acervos literários do PNBE em sua prática pedagógica produziu uma não-diferenciação das especificidades do livro didático, paradidático, obra de referência e livro de literatura. A lógica – que se notou – de tratamento das obras literárias, por exemplo, abandonou a valorização do lúdico, a fantasia, a imaginação, para enformar a fruição do gênero literário nos moldes da escola. Nesse aspecto, convém destacar que, ainda que a literatura para as faixas etárias as quais correspondem ao Ensino Fundamental encaminhe-se a crianças, adolescentes e jovens – categorias as quais demarcam gostos, inclinações, preferências, sonhos, maneiras de notar a realidade e junto a ela interagir, mediados por construções simbólicas e peculiares da imaginação – na prática escolar essas marcas tendem a desaparecer. Tende a permanecer unicamente a categoria aluno, que conserva fictícia homogeneidade entre os indivíduos, sem tratar com respeito a abundância das experiências que vivenciam e ressignificam, mediadas pelos textos literários.

Justamente o que a leitura literária tem possibilidade de proporcionar para a criação e atribuição de sentidos, pelos leitores, é o que se “policia”, demarcando, pelas práticas pedagógicas, de intenso teor escolarizado, os alcances dos vôos possíveis. Nesse aspecto podemos perceber a literatura infantil sendo entendida como conteúdo ou componente curricular.

Essa idéia comunga com o que afirma Zilberman:

“(...) a literatura infantil permanece como uma colônia da pedagogia, o que lhe causa grandes prejuízos; não é aceita como arte, por ter uma finalidade pragmática; e a presença deste objetivo didático faz com que ela participe de uma atividade comprometida com a dominação da criança”. (ZILBERMAN, 1994, P. 14)

Dado o exposto, concluo que a importância dada à literatura infantil no PNBE não é significativa o suficiente. Ainda persiste a supervalorização do livro didático em

detimento do livro de literatura, o que pode ser constatado pelo investimento realizado em programas como o PNLD e PNLEM. Os sentidos sobre a literatura infantil oscilam entre ser um conteúdo ou componente curricular e ser uma atividade de lazer.

Para concluir: a relação com o livro didático

Essa oscilação de sentidos conferidos à literatura infantil nas propostas curriculares tem a ver com a relação do livro didático com o não-didático: é como se, para ser componente curricular o livro de literatura infantil tivesse que ser didatizado. No entanto, de acordo com Lopes (2007), defendendo o inverso, o livro didático é que deveria ser simplesmente livro e a escola um espaço pedagógico de lidar com os mais diferentes livros, de literatura, de ciências e outros mais.

“(...) talvez valesse a pena repensar o lugar do livro didático nas políticas de currículo a partir da retirada de sua característica de didático, tornando a incluí-lo no conjunto de todos os demais livros. Não se trata de uma crítica à pedagogização na cultura escolar, mas da defesa de que essa pedagogização de conteúdos culturais ou de qualquer material não seja estabelecida a priori, como um guia da ação curricular, mas desenvolvida no processo de recontextualização na cultura escolar”. (LOPES, 2007, P. 221)

Isso não significa que na prática essas orientações sejam as únicas que circulam. Na escola existem reinterpretações e outras possibilidades de leitura, tanto das orientações oficiais quanto dos livros de literatura. Como discute Lopes (2007) variadas investigações indicam como os livros didáticos são postos em prática e interpretados de maneira diferentes nas instituições escolares, sendo reinterpretados de acordo com as vivências dos docentes, suas concepções do que vem a ser currículo e na cultura escolar em que estão inseridos. Os textos têm a possibilidade de serem legíveis, em razão dos discursos que envolvem os textos e das suas circunstâncias de leitura.

O privilégio conferido ao livro didático busca limitar as possibilidades de leitura, fazendo dele o orientador do currículo escolar, e por isso ele é valorizado em uma época em que se tem uma política de currículo nacional, buscando uma homogeneidade. Desconsideram-se os diferentes contextos, as diferentes realidades, as reinterpretações e as diversas possibilidades de leitura que existem na escola. O cerceamento dos sentidos que o livro didático pode proporcionar contribui para a idéia

de que é necessário um conhecimento e uma cultura comum a todos, como algo benéfico na formação do indivíduo e como único caminho possível de orientação curricular.

A utilização do livro de literatura infantil como um componente extracurricular, como é o caso do PNBE, acaba contribuindo para o cerceamento dos sentidos que a leitura pode proporcionar como também para constituir um conhecimento comum a todos os leitores. O livro de literatura infantil deveria representar uma maior abertura para as diferentes leituras na medida em que desperta a dimensão lúdica, a fantasia, a imaginação nos indivíduos e quebra o processo de didatização, proporcionando uma maior liberdade de interpretações do que está sendo lido.

Referências bibliográficas

BRASIL. *Por uma política de formação de leitores*. Brasília: MEC, SEB, 2006, 35p.

LOPES, Alice Casimiro. Discursos nas Políticas de Currículo. *Curriculum sem Fronteiras*, v. 6, n. 2, p. 33-52, jul./dez. 2006.

_____. O Livro Didático nas Políticas de Currículo. In: _____. *Curriculum e Epistemologia*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan. /abr. 2006.

ZILBERMAN, Regina. *A Literatura Infantil na Escola*. São Paulo: Global, 8^a ed., 1994.

Lista de documentos analisados

BRASIL. *Por uma política de formação de leitores*. Brasília: MEC, SEB, 2006, 35p.

BRASIL. *Biblioteca na Escola*. Brasília: MEC, SEB, 2006, 57p.